

Modernidade e participação na sociedade moçambicana

Por Margarida Paulo*

** Assistente na UFICS da UEM e investigadora associada da Oficina de Sociologia da CEA*

Neste artigo proponho-me reflectir sobre a modernidade e a participação dos indivíduos nesse processo. A modernidade é um tema actual que desafia as ciências sociais e é comentado em todas as partes do mundo. Ela está presente na vida social assim como nas produções intelectuais.

Sob diversos aspectos, a modernidade confere novos significados a elementos como indivíduo e sociedade, modos de vida e cultura, etnia e minoria, reforma e revolução, tirania e democracia. Ela permite-nos, ainda, fazer uma retrospectiva histórica de modo a tentarmos imaginar o futuro (Ianni, 1997).

Este espaço de debate permite-nos pensar que tipo de sociedade queremos, que modelos e critérios de análise usaremos para o contexto moçambicano.

A questão que levanto servirá de base de orientação da reflexão e delimitação metodológica do problema: existirá uma forma pela qual podemos ser modernos ou não, se não adequarmos os nossos ideais e princípios às práticas sociais vigentes na sociedade em que vivemos, para depois relativizá-los face ao nosso passado histórico e aos dos outros povos?

É comum encontrarmos, na literatura que trata do assunto, referências de correlatividade entre noções como “modernidade” e democracia. Esta última tomada na sua dimensão de participação dos indivíduos nos processos sociais das suas comunidades.

Segundo um *dicionário de ciências sociais*, “participação significa ter parte em qualquer coisa, beneficiar dela, ou tomar parte e, portanto, cooperar. (...) As formas e graus de participação podem ser variados: cooperação, solidariedade, adaptação, ajustamento, aceitação, submissão ou treino”. (Birou, 1982).

A participação deve permitir que as pessoas tenham condições para se integrarem, activamente, na vida económica, social, cultural e política da comunidade. Em todo o mundo que se diz moderno, o ponto de partida é dar poder aos indivíduos e assegurar a sua participação em decisões que afectam as suas vidas. Dar poder aos indivíduos, significa também, criar espaços e condições para debates, diálogos, negociação etc., de modo a que a promoção da participação enquadre todos os níveis de tomada de decisões. Nestes parâmetros, os indivíduos podem obter as suas próprias forças para participar e ter aceitação em tudo o que pretendem realizar em comunidade.

Retomando, na perspectiva histórica, a modernidade surgiu com o Renascimento, provocando um conflito entre os antigos e os modernos. O moderno ou o novo contrapunha-se à ordem tradicional (o antigo), implicando a progressiva racionalização e diferenciação económica e administrativa do mundo social.

Desde a sua génese, a modernidade sugeriu mudanças constantes do homem que vive no mundo urbano. Surge

numa época de grandes transformações (industrialização, tecnologia, etc.) e o seu apogeu é a informatização da vida humana. Um exemplo bem visível são os “media”: actualmente, um homem, num canto do mundo, pode comunicar-se com os outros, através dos órgãos de informação, de última geração, tais como internet, correio electrónico, televisão a cabo, etc., que lhes permite saber, com notória rapidez, o que está a acontecer no mundo inteiro. Essas transformações são o resultado de um processo de aprendizado, amadurecimento e incorporação dos novos ideais de vida que foram surgindo, ao longo do tempo e espaço.

Para Octávio Ianni, “a modernidade diz respeito a um modo de ser, agir, pensar e imaginar, ou seja, a um estado de espírito, envolvendo dilemas e horizontes filosóficos, científicos e artísticos. Desenvolve-se de modo fragmentário e contraditório, principalmente nas sociedades da Europa Ocidental”.

O mesmo autor continua dizendo que, “a teoria da modernidade” confere um papel especial às elites modernizantes e deliberantes. Podem ser elites intelectuais, empresariais, militares, religiosas e outras, vistas em separado e em conjunto”.

De algum modo, a modernidade em Moçambique não é uma questão recente, porém é um tema que está “em alta” e incita debates. Mas revelam-se algumas lacunas na maneira de inserção do conceito e no processo de participação dos agentes envolvidos.

Parece-me que o primeiro passo a seguir seria perceber o que é importante, neste momento, para os Moçambicanos. Certamente, através de diálogos com as populações é

possível ter-se uma ideia global sobre alguns aspectos básicos da vida nesta sociedade que, normalmente, envolvem o conflito tradição/modernidade. O segundo passo, seria partirmos para um debate comparativo entre a modernidade em Moçambique e noutros países africanos, asiáticos, americanos ou europeus.

Uma análise minuciosa e direccionada da modernidade deve permitir-nos observar o que ela representa para o contexto moçambicano e, se quisermos, prever, em seguida, as implicações imediatas ou futuras que ela poderá trazer para a sociedade em questão.

Numa primeira fase, a “modernidade” pressupunha uma descontinuidade de todos os tipos tradicionais de ordem social, de maneira que se estabelecesse uma nova ordem que favoreceria um ritmo de mudança, rápida, em quase todos os aspectos da vida social.

Assim, existem várias formas de abordar a “modernidade”: podemos analisá-la sob o ponto de vista industrial, tecnológico, económico, político, sócio-cultural, artístico e científico. Abordarei o aspecto sócio-político e cultural da modernidade, em Moçambique, tentando mostrar que ela se manifesta, num determinado espaço e tempo, de acordo com o estado de espírito dos indivíduos em sociedade.

Moçambique viveu períodos da sua história em que precisava de se definir como uma comunidade autónoma, capaz de produzir e gerir os seus recursos naturais e humanos. A necessidade de se definir e agir como tal passava pela negação dos valores, ditos tradicionais, em favor dos ideais e valores ocidentais.

Nesta linha de pensamento, certas atitudes e práticas tais como ir à igreja, ir ao curandeiro ou falar sobre determinados assuntos que ocorriam na sociedade constituíam práticas delicadas. Entretanto, na altura, essa foi a fórmula encontrada para organizar a sociedade moçambicana, que acabava de sair duma situação de dominação colonial.

Assim, a nossa primeira apropriação da noção de modernidade deu-se no âmbito da institucionalização de uma ordem social que, em grande medida, abafava a filosofia tradicional do nosso passado histórico, pré-colonial, embora, para tal, tenham sido reavaliados valores coloniais de assimilacionismo do modo de vida ocidental. Quer dizer, foi através da relativização da nossa cultura com a dos outros povos que formámos as nossas primeiras noções de modernidade.

À medida que os anos passavam, paulatinamente, a sociedade foi-se transformando a vários níveis: económico, social, cultural e político. Essa transformação deveu-se a causas de várias ordens, mas o ponto de saturação verificou-se com a introdução da economia de mercado que, como consequência, provocou a emergência de novos actores e de novos tipos de acções sociais.

Os indivíduos, naturalmente, sentiram necessidade de adoptar uma nova forma de vida, de acordo com a realidade que se lhes apresentava.

Alguns exemplos que se seguem mostram, ainda, como a vida dos Moçambicanos ia a caminho da modernidade, via relativização dos modernismos que invadem os tempos actuais: a capulana que representa um símbolo da cultura moçambicana, antes usada pelas mulheres adultas (em cerimónias ou mesmo em casa), passa a ser usada também

por mulheres jovens em todos os ambientes sociais como: rua, escola, serviço, praia, etc., às vezes numa versão “desfiada” (moderna) estilo “canga”; a tatuagem, feita no norte de Moçambique, que era um dos sinais diacríticos da comunidade maconde, pode ser usada por indivíduos que não têm nada a ver com os macondes, nas suas mais variadas versões; a readmissão, desta feita de uma forma aberta, natural e valorizada de diversos tipos de ritos e cerimónias tradicionais, de uma forma geral, também denota uma redistribuição, diga-se de passagem sempre mutante do espírito humano moçambicano, em todos os níveis da estrutura social. Afinal, que observação não correlata a esta se poderia oferecer, quando estamos diante de factos como a presença de dirigentes nacionais do mais alto gabarito em cerimónias como o “*guazamuthini*”, o “*lobolo*” de casais jovens cujo intuito último é o de abençoar as suas vidas conjugais e não ferir a moral pelo respeito aos antepassados, as rezas de curandeiros para salvar a vida e a alma de pacientes em leitos dos nossos hospitais, etc.?

Essas novas formas de vida, que tendem a abranger um estado de espírito global, são manifestações culturais e sociais que tocam os indivíduos, de uma maneira geral, e, de um modo particular, aqueles com capital financeiro, económico, social, político, cultural ou científico, de tal modo que lhes permita acompanhar e participar na onda da modernidade.

De qualquer forma, trata-se de mais um exercício relativista e relativizador que engloba toda a sociedade moçambicana.

Um dos factos que sinalizam o fenómeno, abrindo possibilidades reais de enquadramento de práticas tradicionais, diga-se de passagem, de uma forma redimensionada, no âmbito da institucionalidade legal, formal e informal, é o

reconhecimento do valor da sapiência inerente à nossa cultura tradicional: debates a nível parlamentar sobre a introdução dos chefes tradicionais e seus modos de governação na administração da sociedade, aprovação de associações de curandeiros, promoção de pesquisas onde cooperam médicos e curandeiros, etc.

Tudo isso nos oferece bases concretas para afirmarmos que a modernidade, em Moçambique, comporta, também, a dimensão da promoção duma participação, cada vez maior, dos indivíduos nos assuntos políticos, económicos, sociais e culturais da comunidade. E a base dessa filosofia é a reafirmação e reconhecimento da nossa diferença e individualidade, como comunidade, neste caldeirão de culturas que é a sociedade global.

Chegado a este ponto, observamos que, num segundo momento da nossa história, nos apropriámos de uma noção de modernidade que já não nega, mas sim aceita formas redimensionadas da nossa cultura tradicional, de modo a promover a democracia, sinónimo de modernidade, também de acordo com os ventos do Ocidente. Quer dizer, neste segundo momento a relativização da nossa cultura actual face ao nosso passado e a outros povos oferece-nos uma noção de modernidade onde se aceitam os valores tradicionais, mas que constitui, também, uma quebra da ordem social vigente no passado imediato.

Em resumo, um mergulho na modernidade exige, por um lado, uma reflexão cuidadosa de modo a permitir que a teoria e a prática não estejam distantes da realidade social. Por outro lado, ela deve permitir que os indivíduos, livremente, ou, se quisermos, naturalmente, seleccionem, relativizem e adoptem os meios e caminhos a seguir. E, de acordo com as suas capacidades, poderão dar o seu contributo na sociedade em que vivem.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Benjamin, Walter, A Modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.

Birou, Alain, Dicionário de Ciências Sociais. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

Bourdieu, Pierre, O Poder Simbólico. Lisboa: Memória e Sociedade, 1989.

Giddens, Anthony, As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

Ianni, Octávio, A Sociedade Global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Ianni, Octávio, Teorias da Globalização. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.